



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

**HABEAS CORPUS Nº 681078 - SP (2021/0224476-4)**

**RELATORA** : MINISTRA LAURITA VAZ  
**IMPETRANTE** : LUCIANO MARTINS BRUNO  
**ADVOGADO** : LUCIANO MARTINS BRUNO - SP197827  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : FELIPE AUGUSTO NASCIMENTO RODRIGUES (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de FELIPE AUGUSTO NASCIMENTO RODRIGUES em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2110753-58.2021.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante delito pela suposta prática do crime previsto no art. 33, *caput*, c/c o art. 40, incisos III e V, ambos da Lei n. 11.343/2006.

O impetrante sustenta a inexistência de fundamentação suficiente a justificar a segregação cautelar, aduzindo que o acusado é primário, com bons antecedentes, possui residência fixa e ocupação lícita, o que demonstra a desnecessidade da medida extrema.

Requer, liminarmente, a revogação da prisão preventiva ou o deferimento da liberdade provisória, expedindo-se o competente alvará de soltura. No mérito, pugna pela concessão da ordem para que seja confirmada a liminar requerida.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião do julgamento definitivo.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 17 de julho de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente